

STJ00099114

**Diego Martinez Ferverza Cantoario**

# **EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA**

**O DIREITO À EXECUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS  
APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL 62**

Curitiba  
Juruá Editora  
2014

---

Visite nossos sites na Internet

[www.jurua.com.br](http://www.jurua.com.br) e

[www.editorialjurua.com](http://www.editorialjurua.com)

e-mail: [editora@jurua.com.br](mailto:editora@jurua.com.br)

---

**ISBN: 978-85-362-4626-0**

**JURUA**  
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** José Ernani de Carvalho Pacheco

---

Cantoario, Diego Martinez Ferverza.

C232 Execução por quantia certa contra a Fazenda Pública:  
o direito à execução das decisões judiciais após a emenda  
constitucional 62./ Diego Martinez Ferverza Cantoario./  
Curitiba: Juruá, 2014.  
296p.

1. Ação de execução. 2. Direito processual. I. Título.

CDD 347 (22.ed.)

CDU 347

000009

---

## SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	21
<b>1 – TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA E DIREITO DE EXECUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS</b> .....	25
1.1 Tutela Jurisdicional Executiva .....	29
1.2 Adequação dos Meios Executórios e Tutela Jurisdicional Executiva .....	35
1.3 O Direito à Execução de Sentenças na Jurisprudência da Corte Europeia de Direitos Humanos .....	41
1.4 Conteúdo do Direito à Execução das Decisões Judiciais .....	48
1.5 Limitações ao Direito de Execução das Decisões Judiciais .....	64
<b>2 – EXECUÇÃO CONTRA OS ENTES PÚBLICOS NO DIREITO FRANCÊS</b> .....	69
2.1 Formação da Justiça Administrativa Francesa: Um Breve Panorama .....	71
2.2 Separação de Poderes e Justiça Administrativa Francesa .....	74
2.3 Atual Panorama da Execução de Sentenças na Jurisdição Administrativa Francesa .....	77
<b>3 – A EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA EM FACE DOS ENTES PÚBLICOS NO DIREITO BRASILEIRO</b> .....	103
3.1 Natureza da Execução Contra a Fazenda Pública .....	104
3.2 Objeto da Execução Contra a Fazenda Pública .....	107
3.3 Justificativas Para o Tratamento Diferenciado Conferido aos Entes Públicos .....	110

<b>4 – A EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA OS ENTES PÚBLICOS. DISCIPLINA LEGAL APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL 62 E SUA COMPATIBILIDADE COM O DIREITO À EXECUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS.....</b>	<b>133</b>
4.1 Processo Sincrético e Execução Contra os Entes Públicos....	133
4.2 Multa Sancionatória e Coercitiva.....	136
4.3 Legitimidade Passiva .....	141
4.4 Precatório (Ofício Requisitório).....	149
4.5 Créditos de Natureza Alimentícia.....	183
4.6 Execução por Menor Quantia (Requisição de Pequeno Valor)..	193
4.7 Parcelamento.....	199
4.8 Cessão de Crédito e Precatórios.....	211
4.9 Compensação-Sanção (Constituição, art. 100, § 9º, 10; ADCT, art. 78, § 2º e art. 97, § 10).....	217
4.10 Acordos Extrajudiciais e Leilão de Precatórios .....	233
4.11 Sequestro.....	242
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>273</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>279</b>
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO .....</b>	<b>293</b>